

## Editorial

O tema do patrimônio e sua insurgência no mundo contemporâneo é, mais uma vez, o eixo sobre o qual se articula o número da Revista Memória em Rede que ora apresentamos. Entendido como a forma como lidamos com o passado, nunca linear nem unívoco, justificativa para a formação dos Estados Nacionais, suporte para identidades sociais, dispositivo para controle/ libertação, inúmeras são as acepções e funcionalidades do patrimônio nos tempos atuais.

Relação com o tempo. Este pode ser um dos elementos que identificam o texto de

Luc Bachelot sobre a relação entre criação artística e arqueologia, que, ainda que apontem para temporalidades distintas, buscam a “criação do mundo” a partir do processo de destruição do qual participam. Aplicando-se essa lógica ao patrimônio verifica-se que o mesmo se configura na encruzilhada do que guardar e do que deixar morrer, na constatação da perda constante.

Esta reflexão apresenta-se como pano de fundo do artigo de Ewerton Henrique Moraes e Eduardo Romero Oliveira acerca do patrimônio ferroviário no Brasil, um dos exemplos de patrimônio industrial que ilustram a ideia de “perda durável” desenvolvida por Gaetano Ciarcia. No artigo, os autores apresentam as estações ferroviárias como um dos bens protegidos referentes a esta tipologia patrimonial, não por menos um local que remete aos deslocamentos, as longas travessias, uma expressão do *Homo Viator* como o viajante que povoa a intimidade do ser humano. Mas as estações ferroviárias remetem também à sociabilidade, um dos elementos que caracteriza e justifica um bem patrimonial pelos sentidos sociais que representa. É o que se pode depreender do artigo de Magno Francisco de Jesus Santos sobre políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural nos estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte voltadas às festas e celebrações populares associadas ao catolicismo, abordadas no texto como expressões de sociabilidade e cultura popular, imersas em longas temporalidades e conjunto de sentidos e significados sociais que as configuram como patrimônio cultural imaterial.

O tema do patrimônio imaterial, consagrado pela Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO de 2003, esta no centro da entrevista, registrada pelos pesquisadores Ana Carvalho e Felipe Themudo Barata, com Marc Jacobs, Professor de Estudos Críticos de Patrimônio na VrijeUniversiteit Brussel,

diretor da Faro (Flemish Interface Centre for Cultural Heritage), uma organização belga para o setor do património cultural (material e imaterial) e coordenador da UNESCO Chair em Critical Heritage Studies na Vrije Universiteit Brussel, tendo atuado, como representa da Bélgica, na redação da Convenção de 2003 da UNESCO. A entrevista revela aspectos fundantes de uma discussão contemporânea acerca do papel do patrimônio e das responsabilidades que envolvem poder público e sociedade na gestão patrimonial.

Já no campo do patrimônio material e políticas de patrimonialização está o ensaio de Danilo Celso Pereira sobre o processo de configuração patrimonial à primeira capital do Piauí- Oeiras- revelando a complexidade e os desafios do reconhecimento e preservação do patrimônio no contexto atual. Na mesma temática está o artigo de Rita Juliana Soares Poloni acerca da relação entre Arqueologia, modernismo e o surgimento do conceito de patrimônio tendo como base de análise o lugar do barro no discurso de expoentes do modernismo como Mario de Andrade e as bases que fornecem para a consolidação de uma política patrimonial no Estado Novo.

Na mesma perspectiva está o texto de Eduardo Roberto Jordão Knack acerca de dois processos de atribuição de valor patrimonial ocorridos no município gaúcho de Passo Fundo, refletindo como no processo de consolidação de um discurso de modernidade, são atribuídos diferentes valores o que resulta em projetos que logram ou não, ser considerados como patrimônio.

Já o texto de Danielle Heberle Viegas e Lucas Graeff aborda o tema do patrimônio e urbanização no Brasil durante o período da Ditadura cívico-militar, período no qual os efeitos da chamada “modernização das cidades” foram perversos, alterando significativamente a paisagem urbana e deixando um rastro de destruição dos vestígios do passado.

O artigo de Carmen Adriane Ribeiro, por sua vez, aborda uma modalidade de bens culturais- os acervos fotográficos- que, para além do valor patrimonial são fortes elementos de constituição da memória, seja no nível de transmissão no interior de um mesmo grupo familiar ou social, seja no âmbito de construções sociais mais amplas como a cidade. A autora analisa as condições de conservação destes acervos nas instituições que atuam em suas salvaguardas.

A diversidade de artigos que ora apresentamos reflete o espírito interdisciplinar da Revista Memória em Rede, espírito este que vem reafirmando ao longo desta quase uma década de existência na qual se tornou um espaço importante de reflexão sobre memória e patrimônio e tudo o que deriva desse binômio.